

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

GEOGRAFIA E NATUREZA NA CIDADE: UMA VISÃO DO HABITAT II

Paulo Roberto Rodrigues Soares
Boletim Gaúcho de Geografia, 24: 43-52, maio, 1998.

Versão online disponível em:
<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38894/26304>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 1998

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

GEOGRAFIA E NATUREZA NA CIDADE: UMA VISÃO DO HABITAT II

*Paulo Roberto Rodrigues Soares **

Neste trabalho objetivamos fazer uma reflexão sobre a natureza na cidade (ou o chamado meio ambiente urbano) à luz do documento principal da Conferência da ONU para Assentamentos Humanos (HABITAT II), realizada em junho de 96 em Istambul, Turquia. A Conferência Habitat II se diferencia das demais propostas pela ONU neste final de milênio por permitir o assento das organizações não-governamentais e dos movimentos sociais nas discussões do plenário. Foi um momento muito rico de debate sobre “um mundo em urbanização”. As reuniões que antecederam a Conferência permitiram o confronto entre diferentes concepções de sociedade, de natureza, de ciência e de cidade. As discussões diárias que ocorreram e o documento principal da Conferência, a *Agenda HABITAT*, estavam disponibilizados através da Internet quase que em “tempo real”. Talvez o produto final que temos em mãos não reflita esta riqueza de debates, mas nos permite algumas reflexões relacionadas à Geografia e ao modo como esta pode tratar das questões relativas ao meio ambiente urbano (ao nível da prática), que poderão até mesmo redefinir a visão de natureza e cidade que incorporamos ao nosso discurso científico ao longo deste século.

I. MEIO URBANO, SOCIEDADE E NATUREZA: A RETOMADA DA DISCUSSÃO

Tomamos como marco temporal o momento em que o tema ressurgiu com a discussão da questão ecológica, embora entendamos que não seja inédito nos estudos geográficos das cidades. A discussão sobre o meio ambiente é retomada acompanhando as mudanças globais que vivemos e emerge da importância dada à questão ecológica na atualidade. A institucionalização e a massificação da temática meio ambiente, impulsiona toda uma reflexão que extrapola o limite das ciências naturais ou sociais e ultrapassa os muros (já vivemos a época de queda dos muros) da academia. Nos dias de hoje, mesmo ciências que poucas vezes lidaram com a temática se empenham em apresentar formulações sobre a questão. O adjetivo “ambiental” torna-se um “complemento” quase obrigatório para qualquer disciplina que deseje “tornar-se” nova e procure repercutir socialmente (e porque não dizer “mercadologicamente”).

A Geografia que desde muito tempo foi considerada uma ciência de interface entre o domínio das ciências humanas e das ciências naturais apresenta um largo capital de conhecimentos acumulados sobre a questão. Entretanto, por questões epistêmicas e históricas da ciência, bem como por problemas de situação no interior da divisão do trabalho acadêmico, os geógrafos tendem a perder e desvalorizar os seus conceitos em detrimento de outros que se apresentam como “moda” pautados por questões que estão além da Universidade, locus de guarda e produção do conhecimento historicamente acumulado.

É uma discussão que os geógrafos devem empreender na atualidade, utilizando todo o arcabouço teórico-metodológico construído a partir da crítica da Geografia tradicional e da Geografia teorética quantitativa ocorrida nos anos 70 e 80; com certeza um dos momentos mais férteis já experimentado no interior de nossa ciência.

Sendo um tema relacionado à ciência urbana, é interdisciplinar por excelência e envolve diversas disciplinas e áreas: Geografia, História, Sociologia, Urbanismo, Economia, Arquitetura. É por essa razão que os profissionais de Geografia necessitam tratar o tema atentos ao método de análise, condimentando seus conhecimentos com os que outras disciplinas produziram, adequando este conhecimento com a realidade que vivemos.

No final do século XX, portas do século XXI, profundas transformações. Cientistas sociais e professores precisam estar atentos às conformações que se projetam para a sociedade e o conhecimento. Compreender e assimilar as novas formas de circulação e transmissão da informação.

II. PANORAMA E PARADIGMAS ATUAIS DA CIÊNCIA: GALERIAS TEMÁTICAS, TRANSGRESSÕES METODOLÓGICAS

É diferente destas e outras questões que realizamos a leitura do escritor ÍTALO CALVINO (1990). Nas “Seis propostas para o próximo milênio”, ele nos aponta qualidades que a literatura (e o discurso científico) devem cultivar para que continuem cumprindo suas funções de serem compreendidas pela humanidade. Entendemos que algumas destas qualidades nos alicerçam também para que possamos melhor observar e interpretar o mundo contemporâneo. São estas:

- 1) A *Leveza*: pois devemos valorizar o que é leve, o que é quase invisível na realidade, tentando ir além das aparências da concretude do mundo. Observar as relações sociais, cada vez mais fetichizadas, encobertas, sutilmente disfarçadas... O urbano, a cidade, se apresentam como o império do concreto, do pesado. Nas metrópoles presenciamos o império das mega-estruturas. É preciso identificar os processos que estão conformando esta nova paisagem urbana e as suas conseqüências para o meio ambiente urbano.
- 2) A *Visibilidade*: na quantidade de imagens, cores, informações que nos bombardeiam no dia-a-dia. A carga de informação visual a que somos sub-

metidos que transformam (e transtornam) a nossa percepção do mundo, dificultando a sua compreensão. É preciso separar o real do virtual e o virtual do real. A complexidade das imagens torna mais difícil a leitura do mundo, dada a quantidade de códigos a serem apreendidos e decifrados.

Entretanto temos a opção da:

- 3) *Multiplicidade* de caminhos de formas de expressão que podemos e devemos utilizar para a compreensão do mundo e para exprimir as nossas explicações e interpretações da realidade. Diferentes linguagens estão hoje a nossa disposição. As formas de apresentação de uma idéia vão muito além do tradicional texto escrito. Hoje é preciso inovar e abranger sempre mais de uma linguagem na representação. A música, a literatura, a poesia, o desenho, a cartografia, a informação digital, todas estão à nossa disposição para representarmos um mundo em ebulição.

Ítalo Calvino foi um escritor, um literato, de quem podemos tirar lições sobre o método. É uma das possibilidades atuais que caracterizam e ajudam na travessia de nossa crise epistêmica ocidental. A ciência “pura” relaciona-se e nutri-se de outras formas de conhecimento e saber que venham a nos abrir horizontes. Existem inúmeros exemplos de livros científicos que viram *best-sellers*. O inverso também é verdadeiro.

Podemos afirmar que estamos diante de uma *Transgressão Metodológica* que segundo BOAVENTURA SANTOS (1987) bem caracteriza a chamada “ciência pós-moderna”. Há uma revolução no conhecimento científico. Os referenciais dos quais a ciência emergiu e se estruturou na modernidade vêm sofrendo vigorosos câmbios. Dizemos todos os referenciais, sejam os filosóficos, econômicos, sociais e culturais. Para SANTOS (1987), o que deve caracterizar o caminho para a superação da crise da ciência na atualidade é:

- a superação da distinção entre Ciências Sociais e Ciências Naturais pois há uma infinidade de sobreposições nos temas, nas abordagens, nas leituras de cada acontecimento, cada questão;
- a hegemonia desta superação tem que se dar pelas Ciências Sociais, uma vez que a racionalidade das ciências naturais e exatas (a racionalidade técnica e instrumental) foi uma das responsáveis pelos atuais desequilíbrios sociais e ambientais que vivemos. Da mesma forma que as Ciências Sociais quando se aproximaram do discurso das ciências naturais, abandonando a sua racionalidade moral e ética, acabaram por justificar e encobrir as desigualdades sociais e os desequilíbrios ambientais, em vez de solucioná-los;
- a superação de objetos estanques por *Galerias Temáticas*; ou seja, as ciências não se distinguirão mais por objetos estanques e sim pelo método e formas de análise dos problemas.

A discussão geral sobre o meio ambiente, e específica sobre meio ambiente urbano, seria uma destas galerias temáticas, não como “propriedade” de qualquer ciência, embora possamos afirmar sem temor que a Geografia, por suas características históricas (sobretudo desenvolvidas pela Geografia clássica) de conhecimento de síntese e transdisciplinar, é uma ciência com amplas possibilidades de se firmar na análise do meio ambiente urbano. Porém, este tema que agora adquire importância foi durante muito tempo tangenciado, considerado um tema submerso, por várias e importantes razões. Consideramos principalmente as amplamente reconhecidas, divulgadas e culturalmente arraigadas, visões da cidade.

III. AS VISÕES DA CIDADE E DO MEIO AMBIENTE URBANO

Destacamos, sucintamente, as seguintes visões:

a) *Visões associadas historicamente à cidade:*

- a cidade como o lugar do artificial e o campo como o natural: representada na dicotomia campo-cidade (o bucólico e o não-bucólico), presente desde os primórdios da civilização cristã ocidental e reforçada em diversos momentos da História;
- a crítica anti-urbana dos socialistas utópicos professada sob os efeitos da revolução industrial nas cidades da Europa norte-ocidental, que pregaram nos seus projetos de sociedade igualitária a dissolução da cidade e uma volta ao campo como forma possível de resgatar o estado natural de igualdade entre os homens;
- a crítica à urbanização capitalista em Engels e Marx, que serviu de paradigma para a sociologia urbana marxista. Esta crítica aparece ao longo da sua volumosa obra. Todavia, cabe aqui, um parêntese importante: Engels e Marx não segmentaram a cidade. Em diversas passagens de suas obras encontramos discussões sobre o que hoje chamamos de meio ambiente urbano. Engels em “A questão da habitação” e em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” analisa as condições de vida dos bairros operários das cidades industriais inglesas e alemãs e aborda questões como a qualidade do ar, da água, as condições de saúde da população. O “Capital” nos apresenta passagens onde as condições de vida dos trabalhadores e a poluição do ar e dos rios (nos referimos ao Tâmesa) e até mesmo a preocupação com resíduos industriais e agrícolas e a reciclagem se encontram presentes;
- a visão do urbanismo modernizador das cidades que na segunda metade do século XIX pregava a imposição e a supremacia da técnica sobre a natureza. Aterros, remoções, drenagens... influenciados também pelo discurso médico e a visão de combate aos “miasmas” (odores que provocavam doenças) e que provinham dos pântanos.

b) *A visão de que os problemas urbanos são sociais e não ambientais*: muito presente na sociologia urbana de origem marxista, embora tenhamos colocado que Engels e Marx abordaram a questão do meio ambiente urbano. Mas a sociologia urbana marxista nos anos 60 precisava fazer uma crítica do Estado e de seu papel na urbanização capitalista, apresentando uma visão parcial do pensamento marxiano e de Engels em relação à cidade, embora reconheçamos muitos méritos nessa corrente, que encerrou a hegemonia do funcionalismo organicista na abordagem do urbano.

c) *A visão do movimento ecológico de privilegiar os espaços da natureza intocada ou a sua idílica reconstrução no interior da cidade*: o movimento ecológico cresceu sensibilizando pessoas sobre a destruição de espaços naturais e dos testemunhos de natureza intocada. Florestas, mares e oceanos, vida selvagem... estavam todos sob a proteção do ecologismo. No meio urbano vinculou-se com a qualidade de vida, contra o desperdício em temas como a poluição do ar e a preservação de parques. Muitas vezes aparece neste discurso a separação entre o que é o artificial e o natural no interior da cidade, não aparecendo, portanto uma visão global da cidade que incluía a natureza.

Em todas estas visões temos presente o vício positivista de cisão entre o social e o natural, entre subjetividade e objetividade, entre as Ciências Sociais e as ciências naturais, refletida na Geografia como a separação entre a Geografia Física e a Geografia Humana.

IV. O MEIO AMBIENTE URBANO NA GEOGRAFIA

Selecionamos alguns exemplos de abordagens do tema na Geografia, desde a sua estruturação como uma ciência acadêmica, no final do século passado.

Em 1905, o geógrafo francês Élisée Reclus discutiu as transformações que ocorriam nas grandes cidades européias, sobre as quais *“paira durante o dia uma abóbada acinzentada de fumaça”*. Partindo da discussão dos sítios de origem das cidades, passando pelas causas do seu crescimento, Reclus chega à análise das chamadas “Babilônias modernas” onde impera a *“invasão das grandes indústrias manufatureiras”*. As grandes cidades são assim caracterizadas por Reclus:

Quase toda aglomeração urbana é enegrecida por um ou vários bairros periféricos, coroados de chaminés malcheirosas, atravessadas por ruas negras (...) O solo treme sob o esforço das máquinas em movimento, sob o peso dos caminhões e dos trens de mercadorias (...) Quantas cidades onde o ar é quase irrespirável, onde tudo aquilo que se percebe exala lama e carvão!

Sem embargo, numa abordagem bastante inovadora para a Geografia de seu tempo, o autor relaciona estes problemas com a especulação imobiliária que

(...) enfeia as ruas com loteamentos de terrenos, onde os empresários edificam vastos quarteirões de comum acordo com arquitetos, que nem mesmo visitaram os locais e muito menos se deram ao trabalho de consultar os futuros habitantes.

O geógrafo Élisée Reclus tratou ainda de questões como o saneamento das cidades, a destinação do lixo, a drenagem e o aterramento de pântanos, a poluição de rios... numa leitura abrangente quanto aos temas que são considerados importantes para a discussão ecológica.

A Geografia Clássica importou-se mais com os estudos regionais, onde incluía a cidade. Embora os estudos urbanos representassem uma adaptação da metodologia (a descrição monográfica), os capítulos sobre os sítios podem ser tipificados como estudos de meio ambiente urbano, pois temos a descrição do meio natural onde a cidade se assentou, bem como as subseqüentes adaptações realizadas na paisagem natural para o desenvolvimento e o crescimento da cidade, tudo dentro da mais cara tradição possibilista na Geografia. É uma visão de integração orgânica entre o meio natural e a ocupação humana, sendo que esta é vista como uma continuidade, ou melhor, como uma evolução [quase] natural do espaço geográfico. Nos anos 80, após o período de influência da Geografia teórica e quantitativa (que deu ênfase ao estudo das redes urbanas), temos a chamada Geografia crítica que retoma o estudo da cidade, todavia apresentando uma segmentação entre a Geografia Humana (influenciada pela Sociologia Urbana) e Geografia Física (influenciada pela Geomorfologia). Apesar disso temos exemplos de interessantes trabalhos, conforme ABREU (1994), que abordam aspectos do meio ambiente urbano: sobre a incorporação das várzeas do Tietê e Pinheiros à mancha urbana de São Paulo, Ilhas de Calor nas metrópoles, trabalhos de análise da expansão urbana e industrial sobre os sítios urbanos de diversas cidades, além de estudos sobre assentamentos em áreas de risco e de impactos ambientais da implantação de conjuntos residenciais.

V. A RETOMADA DO TEMA

Temos como marco temporal a Conferência de Vancouver em 1976: a primeira conferência sobre assentamentos humanos da ONU. Como resultado criou-se a Agência HABITAT, Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, com sede em Nairobi/Quênia, responsável pelo tratamento de situações críticas de habitação devido a desastres, guerras civis, conflitos urbanos e deslocamentos de refugiados. A dimensão dos problemas urbanos levou a agência Habitat a ampliar suas discussões sobre os temas urbanos, tornando-se um organismo de cooperação em projetos e programas urbanos, visando o desenvolvimento local.

A Rio-92 inaugurou uma agenda ampla (entre os vários tratados do Fórum Global temos o sobre a questão urbana "Cidades, Vilas e Povoados justos, demo-

cráticos e sustentáveis”) para organismos internacionais, Estados nacionais, organizações não-governamentais e movimentos sociais. Aqui se institucionaliza a questão ambiental urbana, através da articulação cidade – reforma urbana – meio ambiente e qualidade de vida. Ficam consagrados no tratado:

- a reforma urbana na função social da propriedade e no acesso ao solo urbano;
- a gestão democrática como a forma de planejar, operar e governar as cidades;
- o exercício da cidadania e a participação popular como imprescindíveis para a realização dos objetivos do tratado.

Em tela um enunciado ambicioso do qual não podemos desvincular os temas gerais que tradicionalmente são atribuídos para a questão urbana:

- a compreensão da lógica do espaço urbano capitalista;
- a ação dos agentes da produção social do espaço urbano;
- as concepções sobre a cidade que orientam intervenções no espaço urbano.

Assim podemos partir das seguintes afirmativas para compreender os problemas ambientais urbanos:

- a estrutura fundiária injusta é a principal causadora das ocupações em áreas de risco ambiental;
- o planejamento autoritário é responsável por intervenções desastrosas sobre o espaço urbano;
- a exclusão da participação popular impede o debate sobre a cidade e sobre o meio ambiente urbano.

VI. A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE ASSENTAMENTOS HUMANOS – HABITAT II

Realizada em Istambul, em junho de 1996, teve como temas globais a “Habitação adequada para todos” e “O desenvolvimento de assentamentos humanos em um mundo em urbanização”. Foi a primeira grande conferência da ONU onde as ONGs e os movimentos sociais tiveram assento em plenário juntamente com as delegações oficiais. Isto ocorreu pela importância alcançada por essas organizações e porque é quase consensual a compreensão de que na implementação das políticas urbanas para realizar transformações nas cidades é imprescindível o papel de todos os setores envolvidos na produção da cidade. Definiu-se na conferência a *Agenda Habitat*, com um conjunto de princípios, metas, compromissos e um plano global de ação. Grande parte dos 185 parágrafos que compõem o documento não foram consensuais. No preâmbulo reconhece-se a necessidade de melhorar a qualidade dos assentamentos humanos, com repercussões na qualidade de vida dos povos, principalmente nos países “em desenvolvimento” (terminologia da ONU), de uma forma que não se prejudique o meio ambiente.

Partiu-se do princípio que os assentamentos humanos igualitários são considerados aqueles onde todas as pessoas (sem discriminações de qualquer tipo) têm as mesmas oportunidades de acesso à moradia, à infra-estrutura, aos serviços soci-

ais e à satisfação das necessidades básicas. Além disso, possibilitam igualdade de oportunidades econômicas, políticas e de acesso aos recursos naturais e culturais.

São estes princípios que nortearam a definição dos “compromissos” da conferência, a saber:

1. *Moradia adequada para todos*: definido na obrigação dos governos em proporcionar moradia digna para todos, que seja salubre, segura, acessível, exequível e que compreenda serviços, instalações e comodidades básicas.

2. *Desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos*: no compromisso de desenvolvimento de economias que façam o uso eficiente dos recursos dos ecossistemas e que ofereçam a todas as pessoas as mesmas oportunidades de levar uma vida sã, segura e produtiva, em harmonia com a natureza e garantindo o progresso social.

3. *Habilitação dos agentes públicos, privados e comunitários*: para exercer a autoridade pública e utilizar os recursos públicos com transparência e responsabilidade na promoção dos assentamentos humanos sustentáveis.

4. *Financiamento da habitação e dos assentamentos humanos*: visando fortalecer os mecanismos financeiros existentes e desenvolver novos mecanismos para financiar a execução do Programa Habitat.

5. *Fortalecimento da cooperação internacional e do poder local*: para intensificar a cooperação e as associações internacionais que favoreçam a execução de planos nacionais e mundiais de ação. Trata de agilizar a garantia de uma cifra de 0,7% do PIB dos países “ricos” para financiar o desenvolvimento.

6. *Avaliação dos progressos*: no acompanhamento de perto dos programas nacionais e do cumprimento dos compromissos acordados, bem como fortalecer o Centro HABITAT e manter a divulgação das melhores práticas em relação à organização e gestão das cidades.

A partir destes compromissos foi definido o Plano de Ação Mundial para a implantação da Agenda Habitat, do qual os países membros da conferência, inclusive o Brasil, são signatários. Cabe salientar que o Programa, embora assinado pelos representantes oficiais, não possui força de lei no país, o que dificulta a sua imediata implantação.

A realização dos propósitos da Conferência HABITAT II no Brasil depende da mobilização de todos os setores da sociedade interessados no desenvolvimento de cidades e áreas rurais, bem como naqueles que lutam por uma melhoria geral da qualidade de vida da população.

VII. QUESTIONAMENTOS

Após esta discussão uma série de questionamentos pode ser lançada. Primeiramente, a pergunta: é possível a implementação desse Programa em nosso país? Se possível, como fazê-lo? Poderíamos começar por observar as atuações nas cidades brasileiras, que foram contemplados com a qualificação de melhores práticas de gestão de cidades. Isto ocorreu em lugares tão diversos como Porto Alegre, Santos, Icapuí, Fortaleza, Vitória, Jaboatão dos Guararapes, Londrina, São Paulo e Betim.

Poderíamos levantar questões para análise da realidade local, do lugar onde desenvolvemos cotidianamente a nossa prática social e profissional. Assim propomos o seguinte roteiro:

- 1) Como caracterizar cada cidade à luz dos parâmetros propostos pela Conferência Habitat II para os assentamentos desenvolvidos e sustentáveis, quanto ao acesso à moradia digna para todos; ao desenvolvimento sustentável e à gestão da cidade?
- 2) Quais os principais problemas da cidade em relação ao meio ambiente urbano?
- 3) Como trabalhar em sala de aula as questões levantadas?

Pensando em uma escala mais ampla, podemos ainda levantar questões que contribuam para uma reflexão sobre o legado que nos deixa a Habitat II, para a compreensão da cidade e do meio ambiente urbano, além da forma que a Geografia e os profissionais de Geografia irão tratar a questão urbana, atendo-se também para a problemática da natureza no seu interior. Nesta reflexão inclui-se o ensino da Geografia e da geografia da cidade na escola

CONCLUSÃO

O HABITAT II foi uma conferência que gerou um rico e importante documento final. A sua leitura detalhada permite uma série de reflexões. Mais do que diretrizes sobre o crescimento e desenvolvimento das cidades para o próximo milênio, a Agenda Habitat representa uma *Utopia Urbana*, relacionada com novos paradigmas de ciência e com uma nova visão de sociedade que se opõe ao monolitismo e ao autoritarismo daqueles que decretam que a História chegou ao fim, de que não é possível uma outra forma de organização social, de que os homens e mulheres frente ao Estado nacional (neo)liberal nada mais têm a criar e a construir. Por isso é importante nos debruçarmos sobre o programa do Habitat e retirar do mesmo lições para a Geografia, nossa ciência, que, diante de todas as discussões filosóficas contemporâneas, apresenta todas as possibilidades de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. In: CARLOS, A. F. (org.) *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.
- ANDRADE, Manuel C. (org.). *Élisée Reclus*. São Paulo: Ática, 1985.
- BONDUKI, Nabil (org.). *Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CARLOS, Ana Fani A. (org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.
- CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- ENGELS, F. *A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1987.
- NAÇÕES UNIDAS. "Programa de Habitat: objetivos y principios, compromisos y plan de acción mundial". (Texto disponível na Internet em Julho de 1996).
- SANTOS, Boaventura S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1987.
- SPIRN, Anne Whinston. *O Jardim de Granito (a natureza na cidade)*. São Paulo: Edusp, 1996.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade, na Literatura e na História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1983.

* Professor no Departamento de Geociências da Universidade do Rio Grande (FURG).